

# O novo programa de índio

Pesquisadores vão à Amazônia em busca de plantas que possam levar a uma nova droga contra malária; mas antes precisam superar as dificuldades de fazer bioprospecção baseada no conhecimento tradicional

Luciana Christante, texto;  
Guilherme Gomes, fotos

“Antigamente nós não tínhamos noção do papel do pesquisador e da finalidade dele, então ninguém discutia. Já passaram muitos pesquisadores aqui pelo rio Negro, mas quanto ao retorno, quase não se vê. Nunca discutíamos, sempre fomos passivos, era ouvir e aceitar. Agora não. Agora nós queremos entender o papel do pesquisador, queremos discutir, queremos saber, queremos ter o que é de nosso direito.” Essas palavras, de Pedro Fernandes Machado, da etnia Tukano, de São Gabriel da Cachoeira (AM), chamam a atenção para um dos temas mais complicados da ciência brasileira: a prospecção de ativos da biodiversidade associados ao conhecimento das comunidades tradicionais.



#### TERRA DEMARCADA

Cerca de 90% do município de São Gabriel da Cachoeira é área indígena. São 106 mil km<sup>2</sup>, mais que o dobro da extensão do Estado do Rio de Janeiro

Para tratar desse assunto, nos dias 20 a 26 de abril, Lin Chau Ming, da Faculdade de Ciências Agrônomicas da Unesp em Botucatu, e outros cinco pesquisadores participaram de dez reuniões no noroeste do Amazonas. O objetivo da viagem era contatar lideranças indígenas do alto e médio rio Negro para viabilizar uma exigência legal: o consentimento prévio de suas comunidades para investigar as plantas ali usadas contra a malária.

Mais do que as negociações sobre essa pesquisa propriamente dita, os encontros, acompanhados pela reportagem de **Unesp Ciência**, revelam a delicada situação do estudo de recursos naturais no país, regulamentado há menos de dez anos. Para agir com a anuência indígena, é preciso ir além do cumprimento das regras e ter sensibilidade para superar um histórico de conflitos e lidar com as demandas e expectativas dos indígenas.

Radicado no Brasil desde a infância, esse pesquisador chinês não pensava que seria tão intensa sua estadia na região da Cabeça do Cachorro, conhecida por seus contornos que no mapa lembram o perfil de um cão mordendo um canto da Colômbia. O pedido de autorização é só a etapa inicial de um projeto que pode, em última instância, vir a descobrir um novo medicamento para a principal doença endêmica

da Amazônia. A missão foi cumprida com sucesso, mas Lin gastou muita saliva para se explicar, precisou de muita de sua paciência oriental para ouvir e de muita sensibilidade para poder negociar.

O pesquisador é especialista em etnobotânica, o estudo dos usos tradicionais dos vegetais pelo homem. Passou anos em meio a seringueiros do Acre, trabalhou com comunidades do Mato Grosso, do Vale do Ribeira (SP) e, mais recentemente, de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, ambas no Amazonas e próximas a São Gabriel da Cachoeira, considerando o padrão amazônico de distâncias. Desta vez, porém, a experiência foi bem diferente das outras.

A situação encontrada pelo pesquisador

A **população urbana** de São Gabriel da Cachoeira mais que **dobrou nos últimos 20 anos** com a migração de **jovens em busca de educação e oportunidades**. É uma das regiões mais **pobres da Amazônia**, devido à natural acidez do solo e das águas

na Cabeça do Cachorro, onde nove de cada dez habitantes são indígenas, foi bem resumida nas palavras do tukano Pedro Fernandes Machado que abrem esta reportagem. Funcionário da Funai na cidade e representante do órgão na Foirn (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), onde Lin e sua equipe passaram por duas sabatinas, Pedro tem como marco temporal, ao falar em antes e depois, o surgimento do movimento indígena do alto e médio rio Negro, do qual ele foi um dos pioneiros no início dos anos 1980. Na época, a principal reivindicação era a demarcação contínua das terras onde vivem hoje cerca de 45 mil indígenas em mais de 700 comunidades, pertencentes a 23 etnias e quatro famílias linguísticas (veja mapa à dir.).

O desfecho da longa batalha na Justiça só veio em 1998, com a homologação de cinco grandes áreas indígenas, num total de 106 mil km<sup>2</sup>, que abrangem cerca de 90% do território de São Gabriel da Cachoeira, um dos mais extensos municípios do país – duas vezes e meia maior que o Estado do Rio de Janeiro.

#### Cultura estilhaçada

Fortalecidas pela experiência, as lideranças da região carregam hoje duas grandes bandeiras. Uma é o resgate da cultura tradicional, estilhaçada pelo longo histórico de escravidão e assimilação forçada à cultura dos brancos. Outra é a busca de modos sustentáveis de desenvolvimento para evitar o esvaziamento das comunidades à beira do rio Negro e de seus grandes afluentes Içana, Xié, Uaupés e Tiquié.

A população do núcleo urbano de São Gabriel mais que dobrou nos últimos 20 anos, com a migração principalmente de jovens em busca de educação ou descontentes com a falta de oportunidades no interior. Apesar da paisagem exuberante que encanta forasteiros, essa é uma das regiões mais pobres da Amazônia devido à natural acidez do solo e das águas, que não favorece a agricultura e a pesca.

Para tratar suas mazelas, o movimento indígena de São Gabriel da Cachoeira tem a educação como prioridade. Um número crescente de escolas com ensino

## Cabeça do Cachorro em números

- 852 km distante de Manaus
- 109 mil km<sup>2</sup> de extensão territorial
- 106 mil km<sup>2</sup> de áreas indígenas demarcadas
- 5 regiões administrativas: alto Negro e Xié, Içana, Tiquié, Uaupés, baixo Negro
- 45 mil habitantes
- 9 entre cada 10 habitantes são indígenas
- 30% da população vive no núcleo urbano
- 732 comunidades no interior
- 23 etnias, entre elas Tukano, Baniwa, Baré, Piratapuaia, Dessano, Tuyuka, Kuripaco, Tariana, Maku, Yanomami
- 4 famílias linguísticas: tukano oriental, aruak, maku e nheengatu
- Línguas oficiais: português, tukano, baniwa e nheengatu



Fontes: Foirn e ISA



## Rede de pesquisas em malária

O projeto coordenado por Lin Chau Ming tem por objetivo pesquisar produtos vegetais para o tratamento da malária com base no conhecimento tradicional de habitantes das regiões do rio Negro

(AM) e do rio Purus (AC). Aprovado no fim de 2009, faz parte da Rede de Pesquisas em Malária, programa do CNPq em parceria com fundações estaduais de amparo à pesquisa. Nove instituições brasileiras participam da pesquisa, entre elas o Inpa (Instituto de Pesquisas da Amazônia), duas unidades da

Embrapa (Amazônia Ocidental e Acre), UFRN e Unesp de Araraquara e de Bauru. O aporte financeiro é de cerca de R\$ 400 mil – 2/3 do CNPq e o restante da Fapesp. As consultas no baixo rio Negro (Santa Isabel do Rio Negro) foram feitas no início de abril e as no rio Purus estavam previstas para maio.





#### SABATINA COM DIRETORES DA FOIRN

Reunidas com a equipe de pesquisadores, lideranças indígenas expõem a diversidade étnica da região e a preocupação com a repartição dos benefícios



#### POR PRECAUÇÃO

Para o vice-prefeito André Baniwa, é preciso acompanhar a pesquisa

diferenciado – com professores indígenas e instaladas nas comunidades – procura colar os cacos do que sobrou do patrimônio cultural e capacitar os jovens para projetos que possam trazer segurança alimentar e geração de renda.

A equipe do pesquisador de Botucatu chegou a São Gabriel da Cachoeira num momento de orgulho ainda mais acirrado – um dia depois do Dia Nacional do Índio. Ali as celebrações se estenderam por mais alguns dias. Por causa dessa e de outras efemérides fortuitas, o grupo presenciou várias festividades e demonstrações de autoestima no período. A maioria protagonizada por crianças e jovens.

Ao lado de Lin estava o professor Ari de Freitas Hidalgo, da Ufam (Universidade Federal do Amazonas), um dos principais parceiros no projeto, filho de mãe são-gabrielense e, portanto, bem familiarizado com a região. Completavam a equipe uma doutoranda e uma mestrandia da Unesp de Botucatu, e dois alunos de iniciação científica, um da Ufam e outra também da Unesp. Mas a pesquisa, financiada por CNPq e Fapesp, envolverá muito mais gente (veja detalhes na pág. 21).

A ampulheta do projeto, com duração de

três anos, já está em pé. E Lin ainda precisa obter o consentimento prévio informado das comunidades indígenas que pretende pesquisar. Regulamentado pela medida provisória 2.186-16 de 2001, o expediente é necessário para ter a autorização do Cgen, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Só então ele poderá trabalhar sem risco de ser acusado de biopirataria. A tramitação no órgão, entretanto, leva cerca de seis meses. “Já informei o CNPq que vou precisar de uma prorrogação, para compensar esse tempo”, justifica.

#### Primeiro encontro

Do tímido aeroporto de São Gabriel da Cachoeira, vamos direto para o câmpus do Instituto Federal do Amazonas, que oferece cursos profissionalizantes de nível médio. Quem nos recebe são o diretor-geral Elias Brasilino de Souza e o professor Rinaldo Sena, ambos brancos, mediadores do contato com as lideranças indígenas. Meio pegos de surpresa, o tukano Pedro, da Funai, e Abrahão de Oliveira França, etnia Baré, da Foirn, acabaram ouvindo uma apresentação rápida do projeto. Eles estavam no local porque eram jurados do

concurso de dança indígena que acontecia no ginásio da escola na manhã daquela terça-feira e não podiam demorar.

A ideia de Lin era consultar quatro comunidades no baixo rio Uaupés, como fora combinado com Rinaldo, natural de Manaus e grande conhecedor da região, que acompanharia a expedição. Os índios ouviram tudo com olhos baixos e expressão dura. Quando tomaram a palavra mostraram-se bem articulados e calejados. Resumiram de modo altivo e didático a organização da região, sua imensa diversidade étnica, o passado de abusos e experiências infelizes com pesquisadores.

“O pesquisador disse que se sair medicamento, vai ser produzido e distribuído pelo governo porque é doença de país pobre. Mas vamos supor que outros países se interessem. Como fica? A gente precisa acompanhar esse processo”, afirma o vice-prefeito André Baniwa

“Rinaldo, vocês iam para as comunidades sem falar com a gente?”, pergunta Abrahão, um pouco incrédulo por não saber previamente da chegada dos pesquisadores. “Claro que não, a ideia era justamente conversar com vocês antes”, esclarece o professor, diligente. “Ah bom. Porque um assunto desses precisa passar pela Foirn, senão já ia começar errado”, replica o diretor-presidente da federação criada há 23 anos, que representa 63 associações e é o principal fórum de discussão da política indígena da região.

O encontro durou menos de uma hora e a conversa continuaria à tarde, na sede da Foirn. Uma coisa, porém, já estava certa: o roteiro de viagem seria radicalmente alterado. Isso porque consultar apenas comunidades no baixo rio Uaupés privilegiaria apenas uma das cinco regiões administrativas sob jurisdição da federação, onde prevalece a etnia Tukano. “Aqui no rio Negro a gente tem uma grande diversidade [de etnias], mas muitas coisas que a gente usa são iguais”, explicou Abrahão.

O receio é que, no caso de a pesquisa resultar num medicamento, isso acabe beneficiando as etnias de só uma região, quando pode ocorrer de outros povos, como os Baré e os Baniwa (para citar apenas duas outras predominantes em outros lugares), também conhecerem bem e usarem a mesma planta que deu origem ao produto. “Isso pode trazer problema. É o que aconteceu com a pimenta Baniwa”, compara com desgosto o líder.

#### Pimenta da discórdia

A especiaria tem gerado mal-estar entre os indígenas do alto e médio rio Negro. O produto foi desenvolvido pelos Baniwa do alto Içana com o apoio do ISA (Instituto Socioambiental), ONG com longa e forte presença na região. Outras etnias sentiram-se prejudicadas por não terem participado do processo, alegando que a pimenta jiquitaia, na qual os Baniwa imprimiram sua marca, é amplamente usada por todos os povos do rio Negro (veja quadro à dir.).

Para evitar mais ressentimentos, Lin foi orientado a consultar pelo menos uma comunidade de cada uma das cinco regiões



#### A pimenta e a partilha

Diversos povos indígenas da região do rio Negro usam em sua culinária a jiquitaia, uma mistura de pimentas torradas e moídas. Há cerca de quatro anos, os índios baniwa imprimiram sua marca ao produto para vendê-lo em vários pontos do país, tal como já faziam com sua cestaria. A “Pimenta Baniwa” nasceu em meio ao projeto “Arte Baniwa”, que contou com o apoio do ISA (Instituto Socioambiental). A iniciativa, porém, causou ressentimentos entre outras etnias, que alegam que a pimenta não é só dos Baniwa.

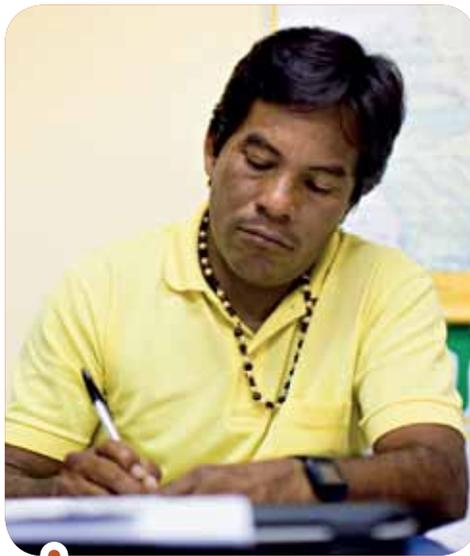
Comparar o caso da Pimenta Baniwa a um projeto de bioprospecção de medicamento é inapropriado, segundo o antropólogo Beto Ricardo, coordenador do Programa Rio Negro do ISA. “Os Baniwa estão vendendo uma pimenta e dizendo que são eles que fazem. Não patentearam o produto, não estão impedindo ninguém de fazer a pimenta. É uma marca de origem”, afirma. “Não tem nada a ver com a prospecção de ativos da biodiversidade com conhecimento tradicional associado”, acrescenta o antropólogo. O diretor-presidente da Foirn, Abrahão de Oliveira França, reconhece a natureza distinta dos dois casos, mas enfatiza que “o problema foi eles [os Baniwa] não terem exposto e discutido o projeto na Foirn [com lideranças de outras etnias]”.

Apropriada ou não, a discussão exemplifica as dificuldades de lidar com conhecimento tradicional difuso em projetos de bioprospecção, um dos pontos frágeis da legislação brasileira. O caso mais emblemático envolveu o farmacologista Elisaldo Carlini, da Unifesp, em 2002, que estudava plantas medicinais em três comunidades indígenas Krahô no Tocantins. A pesquisa foi paralisada depois da divulgação de uma carta em que a associação Kapéy alegava que o conhecimento tradicional das plantas pertencia à etnia e que todas as 17 comunidades da associação deveriam ter sido consultadas, estipulando multa milionária. O caso foi parar na CPI da biopirataria, que absolveu os cientistas da acusação. Entre 2006 e 2007, o Cgen (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético) manteve aberta uma consulta pública sobre como reger a repartição de benefícios nos casos em que o conhecimento tradicional é compartilhado por mais de um grupo. A Unesp Ciência procurou representantes do órgão para saber se, quando e como mudanças na legislação serão implementadas, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.



#### EXPERIÊNCIA E EXPECTATIVA

Para Pedro (esq.) da Funai, cientistas calculam mal o tempo para ficar na região; Abrahão, da Foirn, explica a demanda por médicos e enfermeiros indígenas



#### REFLEXOS DA FLORESTA ALAGADA

Nesta época do ano (abril), o nível das águas na bacia do rio Negro é sempre alto



#### CUNURI EM FESTA

Lin Chau Ming explica as etapas da pesquisa sobre plantas medicinais contra malária no dia em que comunidade celebrava os seis anos de sua escola

administrativas, que levam os nomes das calhas de seus respectivos rios: Tiquié, Uaupés, alto Negro e Xié, Içana e baixo Negro. O que, na prática, seria impossível de fazer somente nos quatro dias disponíveis pela equipe. O combinado, portanto, foi cumprir o trato nas três regiões mais próximas. Tiquié e Içana ficarão para uma segunda etapa. “Os pesquisadores geralmente calculam mal o tempo, porque não conhecem a região”, explica Pedro.

Quatorze pessoas, três horas de negociações. A reunião da tarde foi densa. Na pauta, temas como conhecimento tradicional, repartição de benefícios, contrapartidas. Além de Pedro e Abrahão, mais dois diretores estão presentes: Luiz Brazaão dos Santos, da etnia Baré, e Irineu Laureano Rodrigues, um Baniwa; além

do vice-prefeito de São Gabriel, André Fernandes, ou André Baniwa.

Irineu faz questão de frisar o óbvio – “Se vocês fossem procurar sozinhos as plantas que servem para a malária, ia demorar muito. Mas com o conhecimento nosso, vai ser mais fácil” –, enquanto Abrahão continua apreensivo: “Eu fico preocupado com essa questão de conhecimentos tradicionais, em como isso vai ser repassado. É conhecimento do povo do rio Negro, onde existem 23 etnias. Como vai ser a repartição de benefícios?”.

O pesquisador expõe sua proposta de, ao fim do projeto, publicar um livro com as informações coletadas nas comunidades, como forma de preservar e difundir esse conhecimento entre os próprios indígenas. A obra teria versões nas quatro línguas oficiais em São Gabriel da Cachoeira: português, tukano, baniwa e nheengatu. Ninguém desdenha da oferta, tampouco se entusiasma. André Baniwa lembra cuidadosamente que “livro não é repartição de benefício. É resultado da pesquisa”.

Lin tem um *insight*. Uma bolsa de desenvolvimento regional do CNPq, prevista no projeto, poderia ser concedida a um indígena para trabalhar na pesquisa. Os requisitos para receber o benefício, no valor de R\$ 1.045,89, são o título de graduado em ciências biológicas e três anos de experiência em áreas correlatas ao

**DRINQUE AMAZÔNICO**  
Índia toma o caxiri em Cunuri. O fermentado à base de mandioca é tradicional nos dias festivos; doçura e grau alcoólico variam muito dependendo da mulher que o preparou



projeto. “Vocês acham possível encontrar alguém com esse perfil aqui?”, pergunta o pesquisador. Difícil, mas não impossível, respondem os líderes.

A demanda, porém, é por médicos, enfermeiros e dentistas indígenas, argumentam eles, para diminuir a rotatividade em postos sempre ocupados por brancos que não se fixam na região. É também por vagas nas universidades. “Isso é uma coisa complicada”, afirma Lin, “porque não está ao meu alcance”. A dificuldade não é exatamente passar no vestibular, explicam eles. É se manter estudando numa cidade

indígenas. O vice-prefeito André Baniwa, que conhece bem a legislação brasileira sobre bioprospecção e acesso a conhecimento tradicional, nos esclareceu alguns pontos do debate.

“Bolsa não é repartição de benefício.” Tal como o livro, é apenas um exemplo de contrapartida, explica. “Só se pode falar em repartição de benefício quando existe finalidade comercial”, diz. “O pesquisador disse que se sair medicamento, vai ser produzido e distribuído pelo governo porque é doença de país pobre. Mas vamos supor que outros países se interessem. Como fica? A gente precisa acompanhar esse processo”, afirma cauteloso.

Pergunto o que pode acontecer se a situação evoluir de uma forma com a qual eles não concordem, depois de as comunidades terem dado o consentimento. “A gente vai lá, reúne as lideranças, explica para eles. As comunidades podem voltar atrás a qualquer momento.”

#### Missões salesianas

Somente depois desse longo prólogo começou de fato a expedição, o contato diário com o espelho escuro do rio – muito alto nesta época do ano –, com as bordas alagadas da floresta. Cunuri, no baixo Uaupés, foi o único destino preservado do roteiro original; portanto, já éramos esperados. Chegamos por volta da 1h da

tarde, depois de três horas de voadeira (barco veloz). Assim que atracamos, nos deparamos com uma fila indiana descendo o barranco. Todos vinham nos saudar com apertos de mão. Velhos, crianças, homens e mulheres – cerca de 70 pessoas.

Era dia de festa. Celebravam os seis anos da escola indígena, de nível fundamental. O professor tukano Evaldo Neves Pedrosa, trajando camisa branca de manga longa, jeans e tênis, é o mestre de cerimônia. Os demais estão mais à vontade, de camiseta, bermuda e chinelos, como se vestem todos os dias. Maloca não existe há pelo menos três gerações, por influência das missões salesianas, hoje decadentes na região. Cada família tem sua casa, de madeira ou taipa. Efusivo, Evaldo explica que ali estão presentes também as famílias da comunidade vizinha, Trovão, que compartilha a escola. Crianças e adolescentes entoam um canto de boas-vindas, em tukano.

Hora de apresentação da equipe, o que inclui repórter e fotógrafo. A exposição de Lin, no entanto, tem de esperar a premiação dos jogos da véspera. Troféus simbólicos como sabonete, caderno, garrafa de refrigerante. As modalidades incluem corrida, futebol e outros esportes conhecidos, tudo descrito em português num quadro com o nome dos vencedores. Mas uma das modalidades chama a atenção: “Dramatização da desvalorização da cultura indígena – Missionários salesianos”. Em seguida, dança tradicional com jovens casais ao som de flauta de bambu tocada pelos rapazes. De tempos em tempos, mulheres passam com cuias com um fermentado alcoólico à base de mandioca, o caxiri.

Quando Lin finalmente tem a palavra, explica com frases curtas e objetivas as etapas do projeto – entrevistas com os indígenas mais experientes, coleta das plantas na floresta, testes nos laboratórios etc. Se uma delas se mostrar efetiva contra a doença, a ideia então é tentar cultivá-la para que não seja necessário extrair da floresta. “Para fazer a coisa do jeito certo”, diz, precisa do consentimento prévio deles e de um documento assinado para ser autorizado pelo governo.

Evaldo conversa com os líderes Cunuri

Com **fala mansa e gentil**, o líder de Cunuri **queixou-se de experiências passadas** e pediu que os pesquisadores assinassem **um termo de compromisso**. Mais enérgico, o líder de Trovão justificou a **desconfiança**: **“Já levaram muita coisa da gente”**



#### ORGULHO DE SER TUKANO

Ao som de flauta de bambu, jovens casais apresentam dança tradicional; resgate cultural é trabalhado nas escolas indígenas instaladas nas comunidades



#### ILHA DAS FLORES

Comunidade parecia vazia no dia da visita da equipe; apenas cinco famílias vivem ali



#### PROCISSÃO EM SÃO JORGE

Catolicismo é influência de missões salesianas, fortes no séc. 20 e hoje decadentes; abaixo, morador da comunidade argumenta com os pesquisadores

e Trovão em tukano por alguns minutos. Depois se dirige ao pesquisador, animado: “Muito de acordo sim, isso a gente prioriza. Essa doença mata muito. Mas primeiro a gente quer se entender com as lideranças das outras comunidades da nossa associação”, diz. “A gente não pode pegar as críticas dos parentes depois.”

Com fala mansa e gentil, Marcelo Lopes da Silva, tukano líder de Cunuri, queixa-se de experiências passadas com cientistas e pede que os pesquisadores assinem um termo de compromisso. Mais energético, José Ivanildo da Silva, líder de Trovão, da etnia Dessano, justifica a desconfiança: “Já levaram muita coisa da gente”. A ideia do livro é muito apreciada como material para a escola, mas eles gostariam que os pesquisadores os ajudassem também num sonho antigo: uma horta de plantas medicinais. Lin e Ari topam.

À noite armamos nossas redes no piso superior da escola, gratos pela brisa fresca do rio, depois de um dia quente e abafado, como foram todos os demais. Embaixo, o forró e o caxiri foram até as três da manhã. O combinado do dia: que a equipe fosse até a comunidade de Tapiira Ponta no sábado, onde estariam reunidas lideranças das nove comunidades da associação Aythin, do baixo Uaupés.

Ali teriam a resposta, provavelmente positiva, adiantaram. Na manhã de quarta, depois do café da manhã coletivo (peixe apimentado, conhecido como quinhapira, e pão de mandioca, o beiju), voltamos ao rio Negro, rumo à Ilha das Flores. Cerca de meia hora de voadeira. Estavam avisados da visita.

#### Barreiras linguísticas

Em Ilha das Flores, onde vivem apenas cinco famílias, fala-se nheengatu, também conhecido como língua geral. Uma adaptação do tupi criada pelos jesuítas no século 16 para ser a língua franca da Amazônia. É atualmente a língua dos índios Baré da região, que perderam a sua original. Em Ilha das Flores há vários Baré, mas também Dessano, Tukano e Baniwa.

A comunidade parecia vazia, um pouco triste. Apenas seis pessoas assistiram à apresentação de Lin. O único jovem era um professor, o espectador mais atento, que anotava tudo obstinadamente. Todos aprovaram a pesquisa sem demora. “Isso é importante para nós, porque eu também já peguei malária. É muito feio”, diz o líder Alírio José Elizardo, com certa dificuldade de me entender e falar o português.

Com o sol alto, impiedoso, e a papela assinada, somos servidos com suco de



#### CARAPANAÚBA

Infusão da casca da árvore amazônica é usada pelos índios contra a malária

cupuaçu, água de coco e tucumã (fruto de uma palmeira) com farinha. Nessa hora aparece Tarcísio dos Santos Luciano, um professor baniwa que é representante da comunidade na associação Putira-Kapumu. Acabava de chegar de São Gabriel, onde fora avisado pela Foirn da consulta dos pesquisadores e, por isso, apressara a viagem para chegar a tempo de pegá-los ali.

Pergunto a Tarcísio se ele acha que o pessoal entendeu direito a pesquisa. “Acho que entenderam uma parte, mas não tudo. Era bom se traduzisse, porque tem gente

que não entende bem o português”, explica ele, complacente. “Eles são tímidos nesse ponto, por mais que tenham dúvida na cabeça, ninguém pergunta. Mas vão entender no decorrer da pesquisa, nós vamos aprendendo. O restante vai ser depois. Pelo que o pessoal da Foirn me falou, a pesquisa é boa, acho que vai ser bom para a escola também. A gente tem que ir acompanhando.”

#### Bandeirinhas de livro didático

Depois de uma noite em São Gabriel, na quinta-feira tomamos a voadeira para descer o rio Negro até o rio Curicuriari, com destino à comunidade de mesmo nome. O combinado era que a Foirn tivesse avisado por rádio da nossa visita, mas o contato não deu certo. Chegando lá ao cair da tarde, tudo deserto. Estavam todos na mata coletando palha, informou uma moça. O jeito foi voltar no dia seguinte.

Partimos então para São Jorge, perto dali, onde tampouco éramos aguardados, já que eles dependem do rádio de Curicuriari. Era noite quando atracamos lá. Ao saber do súbito pernoite de nove brancos desconhecidos, o piratapuaia Tomás Lélis de Aragão, líder da comunidade, ficou visivelmente desconcertado. Mas foi solidário.

O amplo centro comunitário onde dor-



miríamos estava enfeitado. No teto, bandeirinhas feitas com páginas de livro didático de branco. Naquele momento todos assistiam à novela. São Jorge é grande, tem 23 famílias e cinco etnias; prevalecem a cultura e o idioma tukano. A inconveniência da visita era evidente.

No dia seguinte, 23 de abril, eles celebravam o padroeiro que dá nome à comunidade. A agenda estava lotada, começando com procissão e missa, depois jogos, dança, caxiri etc. O culto católico é mais uma influência dos missionários

salesianos, responsáveis pela educação na região durante quase todo o século 20 (exceto no rio Içana, área dos Baniwa, influenciados pelas missões evangélicas).

A palestra de Lin foi encaixada entre a missa e os jogos, depois do café da manhã coletivo (quinhapira com beiju). Contrariando as expectativas, foi a reunião mais longa entre as comunidades consultadas e a que mais teve participação da plateia. Dez pessoas pediram a palavra, a maioria com parecer favorável, mas defendendo que o projeto fosse discutido na assem-



#### QUEREMOS RETORNO

O líder de São Jorge olha o exemplar de **Unesp Ciência** levado pela repórter e cobra dela o envio desta edição, tal como aconteceu nas demais comunidades



#### CONSENTIMENTO PRÉVIO

Em Tapira Ponta, comunidades do baixo Uaupés dão aval à pesquisa



#### PARA EVITAR O ÊXODO

Objetivo da escola de ensino médio inaugurada em Tapira Ponta é capacitar jovens para projetos que possam melhorar a segurança alimentar e gerar renda

bleia da associação Ahkó Iwí, que aconteceria ali mesmo no próximo domingo.

“Não dá pra decidir assim, vocês chegaram de surpresa”, diz um. “Nós queremos que [a pesquisa] tenha participação da comunidade, com conhecimento e acompanhamento de todos, já que muitas vezes as pessoas vieram aqui e depois sumiram”, afirma outro.

É grande a conversa paralela, em tukano. Um terceiro se preocupa com a quantidade de carapanaúba, a principal planta usada por eles nos casos de malária, que o pesquisador vai coletar: “Se tirar muito, acaba. Aí tem que ajudar a plantar de novo”. A certa altura, o líder avisa que as mulheres querem falar. “É saúde, gente. É importante!”, diz a representante da ala feminina. O líder Tomás pede a ajuda dos pesquisadores para a criação do que ele chama de “trilha de plantas medicinais”.

Por fim, tal como em Cunuri, a decisão seria tomada coletivamente, na assembleia de domingo, em que seria eleita a nova diretoria da associação que representa seis comunidades das cercanias. Entre elas, Curicuriari, que havíamos encontrado deserta um dia antes.

Não estava nos planos dos pesquisadores voltar no domingo a São Jorge. Era a data em que todos partiriam de São Gabriel.

Havia a expectativa nos indígenas de que um representante do grupo estivesse ali para esclarecer o que fosse preciso diante dos parentes. Lin confirmou a presença. Mais tarde negociou aulas que daria em Botucatu na segunda-feira e mudou a data da passagem dele e de Carolina Weber, sua doutoranda, para estender a viagem por mais dois dias.

Em trajeto de poucos minutos, voltamos para Curicuriari, onde vivem Baré, Tukano, Dessano, Baniwa. Lin explicou, eles ouviram e perguntaram, o tema da “trilha medicinal” reapareceu. Como já se previa, a decisão foi adiada para o domingo, na assembleia na comunidade vi-

Nunca cientistas da área de saúde passaram por ali buscando diálogo com as lideranças indígenas para obter consentimento prévio para uma pesquisa. O mais comum é aparecerem antropólogos e linguistas, mas jamais com uma equipe de nove pessoas

zinha. Depois de um lanche (quinhapira, farinha, tucumã, coco e suco de cupuaçu), nos apressamos para chegar a São Gabriel antes do anoitecer. A derradeira reunião daquela sexta-feira aguardava os pesquisadores na Foirn.

Desta vez estavam presentes todos os cinco diretores da instituição. Havia mais confiança no ar. Só então ficou claro que eles estavam vivendo uma experiência inédita. Nunca pesquisadores da área da saúde passaram por ali buscando diálogo com as lideranças indígenas para obter o consentimento prévio para uma pesquisa. O mais comum é aparecerem antropólogos e linguistas, sozinhos ou no máximo em dupla, jamais com uma equipe de nove pessoas.

Talvez por causa da novidade, as lideranças quiseram reforçar alguns pontos. “É preciso que as pessoas que vão passar o conhecimento estejam muito bem informadas. E nós sabemos que isso demora, que é só o começo”, disse o tukano Ma-

#### CONTRAPARTIDA

Em troca, pedem ajuda da equipe para criar horta medicinal

xilimiano Correa Menezes. Erivaldo de Almeida Cruz, um piratapuia, chamou a atenção para possíveis mudanças nas regras do Cgen (veja quadro na pág. 23). “O importante é a gente ter esse espaço de discussão e não esconder nada de ninguém”, insistiu Abrahão. Mais tarde perguntei se ele estava satisfeito com as contrapartidas na forma de livro e bolsa de pesquisa. “Na verdade acho pouco, considerando um projeto tão grande, que envolve várias universidades”, revelou.

#### Ensino médio indígena

O périplo rionegrino ainda não acabou. É sábado, dia de ir a Tapira Ponta, no baixo Uaupés, em busca do consentimento que a primeira comunidade, Cunuri, ficara de dar depois de se reunir com sua associação. Aqui também é dia de festa, por causa da inauguração de uma escola de ensino médio diferenciado. A iniciativa do Ifam, com apoio do Ministério da Educação, teve a participação das famí-

lias indígenas durante o planejamento.

Fruticultura, piscicultura, criação de pequenos animais e metodologia de pesquisa são algumas das disciplinas do curso, que equivale ao terceiro ano do ensino médio e é oferecido a cerca de 40 alunos. Os pais estão visivelmente orgulhosos, mas não deixam de questionar os organizadores na solenidade: “Queremos saber se o projeto continua no ano que vem”.

Terminadas as formalidades, as lideranças da associação se reúnem com a cansável equipe do mestre chinês para mais explicações. A carta é assinada e o tema da horta medicinal volta à baila. “Tenho muito gosto de dar esse tipo de contrapartida. É mais um motivo para voltar aqui”, diz Lin, entusiasmado, à reportagem.

De volta a São Gabriel, a noite do sábado tem churrasco de confraternização no Ifam; a equipe pode finalmente relaxar na véspera da partida. Menos Lin e Carolina, que tomariam o barco logo cedo no domingo para participar da assembleia em São Jorge. Cinco das seis comunidades da associação Ahkó Iwí assinaram a carta de anuência após um evento tenso, com mais de cem pessoas e a presença de dois diretores da Foirn, relatou o pesquisador dias depois por e-mail.

“Abrahão insistiu na ideia de que não

adianta oferecer uma bolsa, eles querem vagas nas universidades. Eu disse que isso não estava ao nosso alcance [...] Outra questão muito enfatizada é a produção do livro quadrilíngue. É um dos principais compromissos assumidos”, escreveu Lin. Antes de partir, ele e Carolina ainda tiveram uma reunião na Foirn e outra na Funai, para os últimos acertos em relação à papelada a ser encaminhada ao Cgen.

Para toda a equipe, a experiência em São Gabriel da Cachoeira foi marcante. “Eu esperava que [o processo] fosse um pouquinho mais rápido, mas é isso mesmo, nós temos de entender a organização deles [os indígenas]”, diz Lin. “Ganhamos muita experiência profissional e humana”, complementa Ari, que torce para que o projeto possa ajudar a solucionar ou amenizar o sofrimento causado pela malária. A expedição termina aqui, mas isso é só o começo de um longo trabalho. ☺

#### Especial Rio Negro na web

Mais textos e fotos, entrevistas na íntegra e vídeos da expedição. Não deixe de ver o material extra no blog da **Unesp Ciência**. Acesse: [www.unesp.br/revistablog](http://www.unesp.br/revistablog)